

**Estado e território: elementos para a construção de uma nacionalidade**

Luciene Pereira C. Cardoso\*

Resumo: A comunicação pretende apresentar a contribuição da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro nas primeiras décadas da República através de suas iniciativas e projetos, relacionando-os com as demandas da agenda de Estado. Neste caso, demonstrar como o discurso sobre o território foi apropriado pela instituição como um elemento da formação da nacionalidade brasileira, como uma estratégia de manutenção de uma unidade simbólica e física.

Palavras-chave: território – sociedade geográfica - estado

Abstract: The paper intends to substantiate the contribution of the Society of Geography of Rio de Janeiro in the early decades of the Republic through its initiatives and projects, linking them to the demands of the agenda of State. Furthermore, it aims to demonstrate how the discourse over the territory has been taken by that institution as an element of the formation of Brazilian nationality as well as a strategy of maintaining physical and symbolic unity.

Keywords: territory – geographical societies – state

Criada em 25 de fevereiro de 1883 por um grupo de personalidades do cenário intelectual e político da Corte do Rio de Janeiro, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, daqui por diante denominada apenas Sociedade, tinha como objetivos “o estudo, discussão, investigações, e explorações científicas de geografia nos seus diferentes ramos”. Com o objetivo de justificar a sua criação e legitimar o novo espaço de saber, os fundadores da instituição destacavam que o pretendido conhecimento geográfico ali produzido estaria atrelado a um projeto nacional, a uma idéia de nação.

---

\* Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista da FAPERJ.

A idéia de se estabelecer um grêmio científico no Império Tropical, a exemplo do que já ocorria na Europa e em outros lugares da América, integrava o movimento de institucionalização do saber geográfico que atravessou ao longo do século XIX, através da fundação destas associações. Na Europa, a multiplicação dos grêmios articulava-se à expansão colonial, à necessidade de se conhecer as colônias, de buscar novos territórios com interesse no intercâmbio comercial, na difusão da produção industrial e da cultura européia. Os associados orientaram a realização de todas as atividades da entidade em consonância com um projeto nacional. O que significou forjar um “discurso geográfico” que se centralizava nas questões sobre o território, suas implicações climáticas e físicas, as características raciais dos habitantes, a adaptação do indivíduo ao solo, a formação social do povo e as práticas imigratórias.

A Sociedade não contou com o mecenato oficial de dom Pedro II, mas diversas vezes o monarca participou pessoalmente de suas sessões ou se fez representar pela Princesa Isabel e pelo Conde D’Eu. A *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro* começou a ser editada em 1885, chegou a ser distribuída a 150 instituições congêneres, apesar de sua periodicidade ter sido diversas vezes interrompidas. Os seus associados consideravam o periódico um repositório copioso de informações e documentos que interessavam à geografia do Brasil e que elucidavam complexos problemas sociais e econômicos.

Com o advento da República, a entidade enfrentaria sérias dificuldades, principalmente nos anos subsequentes à Proclamação em 1889. Afinal, os novos donos do poder encaravam as entidades criadas sob o regime monárquico com desconfiança. No caso da SGRJ, a permanente referência à memória do Imperador D. Pedro II, se por um lado, trouxe algumas dificuldades para a associação, por outro, não abalou a intenção de seus associados em contribuir para o desenvolvimento da nação sob a bandeira republicana.

Mas, se do ponto de vista institucional, a instituição enfrentou problemas financeiros e de ordem política, continuou a desfrutar de reconhecimento acadêmico. A entidade prosseguiu com o intercâmbio com instituições semelhantes e a participar de certames nacionais e internacionais. Patrocinou e organizou eventos, a exemplo da Exposição Geográfica Sul-Americana de 1889, da Terceira Reunião do Congresso Científico Latino-Americano de 1905 e da organização dos congressos brasileiros de geografia entre 1909 e 1944.

Após as administrações de José Lustosa da Cunha Paranaguá, o marquês de Paranaguá, entre 1883 e 1912 e de Francisco Marcondes Homem de Mello, o barão Homem de Mello, entre 1912 e 1914, inaugurou-se uma nova fase na Sociedade. O período foi marcado pela sucessão de militares na presidência: Marechal Gregório Thaumaturgo de Azevedo (1914-1920), Almirante Antônio Coutinho Gomes de Pereira (1920-1925), General José Maria Moreira Guimarães (1925-1940) e Almirante Raul Tavares (1940-1945). A presença de representantes das Forças Armadas sempre foi marcante. Desde a sua fundação a instituição contou com a presença de militares, de engenheiros, de advogados, de médicos e de outros profissionais liberais.

Mas, o contexto da Primeira Guerra Mundial, associado a uma nova conjuntura política e cultural em que o papel dos militares na sociedade ganhava uma nova dimensão. O conflito armado promoveu o sentimento nacionalista na sociedade. A busca por uma solução do atraso socioeconômico do Brasil estaria concentrado na difusão de um ensino orientado para a valorização do patriotismo e de programas direcionados para a erradicação de doenças, através da ação efetiva do Governo Federal.

Entre os anos 1912 e 1922, a Sociedade não conseguiu publicar um único boletim. Um dos argumentos rotineiros dos seus associados era a total falta de verbas para a edição de seus periódicos. Mas, se atentarmos ao fato de que desde o período imperial, a instituição participou de vários congressos científicos e promoveu eventos culturais, bem como excursões pelo país a justificativa não é totalmente apropriada.

Uma prova da recuperação do prestígio e do reconhecimento de outrora ocorreu em 1916 quando um projeto de lei que beneficiava a instituição transitou pela Câmara dos Deputados. Em linhas gerais, o programa assegurava alguns privilégios concedidos às instituições públicas, tais como: a franquia postal e telegráfica, a publicação gratuita de sua *Revista* na Imprensa Nacional e a garantia de uma sede própria. No ano seguinte, um decreto assinado pelo presidente da República, Wenceslau Braz Pereira Gomes, reconheceu oficialmente a utilidade pública da sociedade geográfica.

Em 1922, foi publicado um único volume da revista que corresponde ao período 1912-1922. Mas isso não significou que as publicações da Sociedade fossem integralmente reproduzidas, as atas e os relatórios não foram editados. Apesar do Decreto de 1917 garantir a

impressão gratuita dos boletins e das revistas, esse volume foi impresso pela Tipografia do Instituto Muniz Barreto. Instituição dedicada ao amparo aos familiares da Associação dos Funcionários Civis, idealizada por Edmundo Williams Muniz Barreto.

A comissão da redação desse volume contou com a colaboração de Manoel Cícero Peregrino da Silva, como presidente e como secretários Lindolpho Xavier, Álvaro Bittencourt Berford e Francelino Wandeck. Dentre os assuntos tratados, mereceu amplo destaque no periódico as Comemorações do Centenário da Independência do Brasil.

As comemorações do Centenário da Independência provocaram uma grande mobilização nos redutos intelectuais do Rio de Janeiro. Repensar os cem anos da nação brasileira implicava em romper com as idéias importadas. A crise do pacto político das oligarquias e a descrença dos valores da *Belle Époque* impulsionaram o surgimento de uma maior reflexão sobre a nacionalidade brasileira. Neste momento, acirrou-se uma afinidade entre território e nacionalidade. Segundo Marly da Silva Motta, a geografia se tornava um instrumento de reflexão sobre a nacionalidade, assim, “se avaliação dos cem anos de história parecia nos condenar, a geografia poderia nos redimir”. (MOTTA, 1994:06)

De acordo com a divisão da história dos movimentos nacionais adotada pelo historiador Eric Hobsbawm a Sociedade encontra-se na fase b, momento em que a *minorité agissante* representada por grupos de intelectuais militantes e por campanhas e de movimentos em prol da idéia de nação. (HOBSBAWN, 1990: 21) O evento não poderia passar em branco, houve uma mobilização de vários intelectuais em inúmeros periódicos e instituições culturais. As comemorações em torno do centenário constituíam o momento ideal para a discussão dos problemas nacionais. O compromisso dos intelectuais dessa geração em forjar uma identidade nacional e uma nação moderna, através da edificação de uma memória histórica não espontânea de uma data magna como o centenário da independência, tal qual foi apresentado por Pierre Nora, em *Les lieux de memoire*.

Algumas instituições culturais participaram das comemorações do centenário da independência do Brasil, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que ambas contribuíram para a criação de um ambiente seletivo direcionado para as questões territoriais, englobando o conhecimento de “observações de campo, medições, levantamentos cartográficos e essencialmente na visão de uma geografia como um saber considerado como científico”. (ZUZMAN, 1996:129) Segundo

Perla Zuzman, o motivo de criação de “um espaço diferenciado para o desenvolvimento de um saber reconhecido socialmente como geográfico” foi propiciado pelo ambiente cientificista da época. Assim, a primeira instituição concentrava-se nos estudos históricos, fornecendo argumentos para a questão da defesa do território, enquanto que, a segunda levantava informações para a resolução das questões de limites, “enquanto o IHGB colaborou na definição do projeto político e social, histórico e territorial, a Sociedade procurou outorgar ao projeto territorial certo grau de cientificidade”.(ZUZMAN, 2002: 81)

Seja como for, a contribuição do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro nesta data solene constituiu na promoção e a organização do Primeiro Congresso de História da América, realizado entre os dias 7 e 15 de setembro de 1922. A jornada acadêmica promoveu uma aproximação entre as repúblicas vizinhas. Na esteira do pan-americanismo, o prosseguimento da política exterior adotada pelo Barão do Rio Branco, pautava-se na aproximação com os Estados Unidos e na cooperação das repúblicas do continente americano. A solenidade foi inaugurada pelo presidente Epitácio Pessoa, e teve a participação de inúmeros convidados ilustres, como o secretário de estado norte-americano, Charles Evans Hugues, além representantes do corpo diplomático e do governo brasileiro.

Na ocasião em que se revia a história nacional e se buscava construir novos projetos para o futuro da nação, a Sociedade preparou a obra *Geografia do Brasil, comemorativa do Centenário da Independência*. A iniciativa partira de Lindolpho Xavier, em 17 de maio de 1918, primeiro secretário e redator da *Revista*. Alegava que ainda não existia no país uma obra de tal porte realizada por “brasileiros natos”. Para a consecução da tarefa foi criada uma comissão da qual faziam parte: o marechal Thaumaturgo de Azevedo, Francisco Jaguaribe Mattos, Antônio dos Santos Pires, Everardo Backheuser e Francisco Bhering. Previa-se a participação também de outros estudiosos que não fossem vinculados aos quadros sociais da Sociedade. A obra foi planejada para ser dividida em duas partes: a primeira trataria do aspecto físico e a segunda dedicada a nação brasileira. O primeiro intitulava-se *O solo e o homem* e o segundo *A nação*.

A participação da instituição nas comemorações do centenário foi idealizado em 1917, quando Francisco Bhering anunciou na Sociedade que o centenário da independência constituía um balanço dos trabalhos realizados no período 1822-1922. Para isso, fazia-se necessário a cooperação de várias entidades, tais como a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico, o Club de Engenharia, a Escola Politécnica, o Exército e a Marinha.

Defendia o papel do Governo Federal e dos Estados na organização sistemática da catalogação das informações geográficas disponíveis. Para ele, o Brasil encontrava-se “sob todos os aspectos francamente incorporados ao cotejo das nações civilizadas, pela navegação, pelo telégrafo, pelo comércio, pela indústria”. (BHERING, 1922:35)

Considerada como uma iniciativa pioneira, a contribuição visava preencher uma lacuna nos estudos geográficos sobre o território nacional. Seja como for, a obra *Geografia do Centenário* destinava-se à divulgação, preservando, porém, a erudição de seus autores. Um mapa do Brasil acompanharia o trabalho, encomendado à Comissão da Carta Geográfica Comemorativa do Centenário. A obra havia sido planejada para alcançar dez volumes, mas foram publicados apenas os números 1, 2, 9 (1ª. parte) e 10.

Ao que tudo indica, o momento das Comemorações do Centenário da Independência constituía uma boa oportunidade para publicar uma obra de tal porte. Depois do planejamento da obra foi providenciada a sua inclusão no programa oficial dos festejos do Centenário da Independência, com o objetivo de garantir subsídios para sua edição. A Sociedade ressaltava que o território brasileiro permanecia quase desconhecido. Considerada como um verdadeiro “Tratado”, não reuniria apenas as monografias esparsas de iniciativas de alguns intelectuais, mas de um conjunto de personalidades representativas do cenário da época. Além disso, salientava-se que publicações dessa natureza já haviam sido realizadas por outros países.

A ocasião mostrava-se ideal para o Brasil integrar o rol das nações civilizadas, que descreviam sucintamente suas riquezas naturais e as suas possibilidades econômicas. Por outro lado, tratava-se de um momento emblemático para propiciar a reflexão dos brasileiros sobre os problemas da nação e daí a necessidade de estudos permanentes sobre o seu território. Além disso, a obra pretendia ser “essencialmente brasileira”, e recomendava-se aos colaboradores de se abster de “divagações literárias”, conservando seu caráter didático, mas de caráter erudito, visando promover a instrução dos estudiosos, bem como servir de repositório de informações, de ordem técnica e especializada, sobre os diversos ramos em que eram subdivididos os conhecimentos geográficos.

Em 1923, o volume X da *Geografia do Centenário* inaugurou o projeto da Sociedade. Elaborado pelo deputado mineiro Nelson de Senna, estudioso do estado de Minas Gerais que já havia publicado inúmeros trabalhos sobre essa região no Primeiro Congresso Brasileiro de

Geografia de 1909. Naquela ocasião, criticou a falta de rigor dos diversos elementos cartográficos na confecção de cartas geográficas, em especial a inexatidão das coordenadas geográficas. Com certa dose de regionalismo, destacava a importância do Estado de Minas Gerais no cenário nacional, principalmente pela sua dimensão territorial, visto que era o quinto em extensão e o primeiro pela densidade populacional.

Ao que tudo indica, atendia a uma solicitação do presidente da República Arthur Bernardes. Seguindo o planejamento ora definido, a primeira parte do *Livro 1* concentrou-se na descrição das características naturais do solo mineiro. A segunda parte sobre homem mineiro destinou-se a um panorama histórico do descobrimento do ponto vista cronológico, desde as primeiras explorações e entradas em tempos coloniais. Enquanto que o *Livro 2* concentrou-se na organização contemporânea do Estado.

Nelson de Senna demonstrou erudição e pesquisa para desenvolver a obra. Não faltaram menções aos diversos estudiosos e especialistas. Quando retratou a riqueza mineralógica do estado de Minas, recorreu aos estudos Henri Gorceix, o fundador e primeiro diretor da Escola de Engenharia de Minas em Ouro Preto de 1876, que aludiu as potencialidades das jazidas auríferas do subsolo e as cadeias de montanhas de ferro.

Seguindo a esteira da discussão da raça enquanto elemento da formação da nacionalidade brasileira, constatou que o povo resultou da união das três raças. Recorreu a obra de Robert Southey, *História do Brasil*, que no século XIX vislumbrou que índios, negros e portugueses se transformariam numa única raça. Além disso, Nelson de Senna atribuía a variedade do clima e a extensão do território a fixação do elemento estrangeiro. Nesta época, adotava-se a política de núcleos coloniais. No estado de Minas Gerais existiam cerca de trinta colônias de imigrantes, contavam alemães, austríacos, belgas, franceses, russos, portugueses, italianos, suíços e árabes. Assim como os demais intelectuais adeptos da teoria do branqueamento racial, o político mineiro enalteceu a imigração estrangeira.

Seja como for, a abordagem pretendida partia da análise da paisagem natural, como se fosse um amplo cenário para inserir o homem nessa composição, brotava finalmente a nação brasileira, suas dimensões, população, organização social, política e econômica. Ao que tudo indica, apesar do esforço da associação, não houve uma comoção geral por parte de seus dirigentes. Apesar do planejamento da Sociedade, o projeto da obra em dez volumes não foi

adiante. Em algumas correspondências enviadas a entidade, revelou-se a falta de documentação necessária e a falta de organização dos documentos, principalmente em regiões mais distantes.

Referências bibliográficas:

BHERING, Francisco. “A geografia do centenário da Independência. Resumo da conferência feita pelo professor Francisco Bhering na Sociedade de Geografia”. RSGRJ, Tomos XXV-XXVI-XXVII, anos de 1912-1922, 1922.

Comissão Organizadora, “A Geografia do Brasil: comemorativa do centenário da independência”. RSGRJ, Tomos XXV-XXVI-XXVII, anos de 1912-1922, 1922.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.

HOBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MOTTA, Marly da Silva. “1922: em busca do Brasil moderno”. Rio de Janeiro: CPDOC, 1994.

\_\_\_\_\_. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas: CPDOC, 1992.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História. A Problemática dos Lugares*. Projeto História. São Paulo, nº 10. 1993.

PEREIRA, Sergio Luiz Nunes. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: Origens, obsessões e conflitos (1883-1944)*. Tese (Doutorado), Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

SENNA, Nelson de. *Geografia do Brasil. Comemorativa do 1º. Centenário de Independência do Brasil. 1822-1922*. Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, volume X.

ZUZMAN, Perla B. *Sociedades Geográficas na promoção do saber a respeito do território: Estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1782-1942) e no Brasil (1838-1945)*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: Continuidade e rupturas no marco do projeto geográfico imperial”. In: *O novo mapa do mundo, natureza e sociedade hoje: uma leitura científica*. São Paulo: Hucitec, 2002.